

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2019

(Do Senhor Otoni de Paula)

Solicita ao Ministério da Economia, através da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SPU, informações sobre concessão de terra pública federal a Rede Globo, para instalação do antigo Projac, atual Estúdios Globo.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o envio de requerimento ao Ministro da Economia para que, através da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SPU, forneça informações sobre se há ocupação de área pública federal por parte das organizações Globo onde consta o antigo Projac, atual Estúdios Globo, em Jacarepaguá-RJ, e mais:

- Caso haja, quais os termos contratuais celebrados para a cessão à Rede Globo da área em questão, a extensão de área (em m²), o prazo de concessão, se houve exigência de contrapartida financeira, se algum valor foi efetivamente pago pela Rede Globo e qual esse valor;
- E qual o quantitativo dessa área ocupada mediante grilagem ou usurpação.

JUSTIFICATIVA

Os esclarecimentos em questão são relevantes, pois envolvem a possibilidade de cessão de vasta área de terra pública a empresa privada com possíveis pendências legais.

A Rede Globo ocupa, através dos Estúdios Globo, antigo Projac, uma área total de 1,73 milhão de m², em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, sobre o qual paira suspeição de ter sido adquirido, pelo menos em parte, ao arripio da lei. Rede Globo é envolvida em denúncias de grilagem de terra na região, o que já foi até alvo de CPI na Assembleia Legislativa no Rio de Janeiro/RJ. CPI que não pode concluir seus trabalhos.

Caso haja área cedida legalmente, necessário se faz esclarecer os termos que envolveram a cessão quanto à dimensão da área, prazo estabelecido, valores e contrapartidas envolvidas.

Em se tratando de área pública, independente das dimensões, é mister que as dúvidas elencadas possam ser respondidas para que a justiça seja feita com a tomada de responsabilidades e possa coibir a propagação de notícias falsas.

Sala das Sessões, de de 2019.

Otoni de Paula
Deputado Federal
PSC/RJ